

Editorial Manuel Carvalho

A pequena história de uma grande ministra

Maria de Lurdes Rodrigues perdeu há muito o seu capital mais precioso nas escolas: os professores cansados de uma escola resignada e caduca

A ministra da Educação caminha a passos largos para a conquista do estatuto da mulher certa na plateia errada. No último *Prós e Contras*, da RTP 1, era impossível não concordar com a justeza da maioria dos seus argumentos e de não lhe reconhecer coragem pelo empenho com que defendia reformas que, em alguns casos, vegetam há décadas no limbo do conservadorismo e da indecisão. Mas era também impossível não reparar que o seu discurso esbarra num muro intransponível, feito de rejeição, hostilidade e ressentimento que impedem qualquer esboço de diálogo. Muitas greves, apupos e manifestações depois, Maria de Lurdes Rodrigues já não governa a educação: limita-se a rubricar leis e despachos para uma comunidade profissional empenhada até ao tutano em minar-lhes o alcance e a eficácia.

Agora, que é indesmentível o divórcio, vale a pena recordar que o princípio do fim da aura da ministra começou quando o novo estatuto da carreira docente criou a figura do professor titular. Com esse acto, o Governo travou por via administrativa a progressão na carreira de milhares de docentes competentes e dedicados que, pelo infortúnio do tempo de serviço, estavam abaixo do sétimo escalão. A ministra sempre disse, e

talvez tivesse uma ponta de razão, que não havia outra maneira de seleccionar professores titulares. Mas, desde então, os professores ficaram a perceber que o sistema meritocrático, exigente e sujeito à avaliação que o Governo lhes anunciara era uma incoerência ou, mais ainda, uma fraude: na rede que apanhou a primeira vaga de professores titulares estavam muitos dos que apenas singraram na docência à custa da sua falta de exigência; hoje, os professores recusam, e com razão, ser avaliados por alguns desses titulares que só o são à custa da promoção automática, fossem ou não dedicados, fossem ou não competentes.

Depois desse precedente, Maria de Lurdes Rodrigues perdeu há muito o seu capital mais precioso nas escolas: os professores cansados de uma escola resignada e caduca, os professores que exigiam mudanças drásticas, que reclamavam autonomia, avaliação, reforma e ambição. Depois de o episódio dos professores titulares lhes ter sugerido que a cartilha reformista da ministra era errática e falha de coerência, começaram os primeiros sinais de séria contestação. Agora, como o têm demonstrado as sucessivas manifestações, Maria de Lurdes

Rodrigues é a ministra mais contestada das últimas décadas. Poderá sobreviver a essa contestação?

Mesmo que sobreviva, o alcance reformista do seu programa estará sempre condenado à contestação. Sem o apoio da maioria dos professores, pouco mais é que um manifesto. Assim comprometido, o balanço do seu mandato acaba por ser negativo para a imagem do Governo. E é-o também para a Educação e para o país. Porque, ainda que concedamos que a ministra não teve sentido táctico, que se perdeu no labirinto dos papéis que infernizaram a vida nas escolas, que errou no processo dos professores titulares ou que abusou da sua pose de autoridade quando tinha o dever de negociar, de um facto há poucas dúvidas: a maioria das reformas que propunha apontava para o caminho certo.

O que o programa de anteontem da RTP revelou com contornos negros é o drama de alguém que, no essencial, tem razão, mas que é incapaz de a fazer valer aos que o rodeiam. As escolas necessitam de novas regras de gestão, com a participação das autarquias e dos pais, os professores precisam de ser avaliados. É isso que a ministra defende. Mas a política nem sempre é terreno fértil para a razão. Talvez a ministra acabe o mandato. Mas, valerá a pena?